



DESDE 1988  
AO LADO DOS  
TRABALHADORES

Presidente da  
Celesc figura como  
investigado no MPT  
Página 3



Conselheiro dá início à  
percorrida de prestação  
de contas na Celesc  
Página 3



#CELESCPÚBLICA

## Categoria lota galerias da Alesc pela Celesc Pública e pelo bom atendimento à população

MAIS DE QUATROCENTOS CELESQUIANOS E CELESQUIANAS DE TODAS AS REGIÕES DO ESTADO PARTICIPARAM DO ATO NESTA QUINTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO, NO PLENÁRIO OSNI REGIS



# Intercel e Parlamentares defendem a manutenção da Celesc Pública na Assembleia Legislativa

**Ato organizado pela Intercel mostrou ao Parlamento catarinense que a categoria deseja voltar a atender bem a população catarinense e que está disposta a seguir lutando pela manutenção da Celesc Pública e de qualidade**

Celesquianos e Celesquianos de todas as regiões do estado lotaram mais uma vez as galerias da Alesc em defesa da Celesc Pública. Dessa vez, a visita ao Parlamento teve um ingrediente novo: **o pedido de apoio para que a categoria volte a ter condições de bem atender a população catarinense.**

O espaço de dez minutos de fala para a representação dos trabalhadores foi concedido pelo deputado **Fabiano da Luz (PT)**. A coordenação da Intercel lembrou na Tribuna que, "em função do caráter estratégico da distribuição de energia, a empresa é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do estado". Que, desde meados de 2024, com a mudança do sistema comercial, o atendimento aos consumidores vem sendo prejudicado, impactando diretamente no serviço prestado. E que a categoria luta arduamente "para que a empresa siga como referência no setor, honrando os inúmeros prêmios recebidos da Agência Nacional de Energia Elétrica por avaliação dos próprios consumidores". Foi lembrado que os problemas do novo sistema têm sido potencializados pela lógica privada de priorizar resultados financeiros em detrimento do bom atendimento ao povo catarinense. Por fim, **a Intercel pediu apoio na luta pela manutenção da Celesc Pública e por garantia de condições de trabalho e vida digna à categoria**, o que refletirá diretamente no bom atendimento aos consumidores.



Os parlamentares presentes se revezaram nas falas sobre a Celesc. O deputado **Marcius Machado (PL)** parabenizou a categoria pelo ato: "é uma problemática gigantesca no estado todo, várias pessoas reclamando, mas não é do servidor, é por causa da necessidade de mais gente para contribuir, entender, melhorar essa estrutura. Parabéns!"

O deputado **Dr. Vicente Caropreso (PSDB)** veio na sequência: "pessoal da Celesc, maravilha ver vocês aqui unidos em torno de um ideal que nós estamos apoiando há muitos anos: é a segunda menor tarifa de energia do Brasil e o menor tempo de resposta [...] é um orgulho para nós o serviço prestado pela Celesc em Santa Catarina. Nós fomos os primeiros e os últimos a sair do Rio Grande do Sul [na enchente do ano passado] e o pessoal da Celesc era aplaudido quando chegava lá, pois eles resolviam a coisa: ou seja, uma empresa pública resolveu um baita pepino para um sistema privatizado". E continuou: "dá coceira em muita gente, achando que é uma empresa que possa ser vendida: é um orgulho nosso, como catarinense, e uma questão de honra para mim ter esse patrimônio catarinense".



Fotos: Bruno Collaço/Agência AL

Em seguida, a deputada **Paulinha (Podemos)** respondeu a Caropreso: "quero fazer das suas as minhas palavras: nós temos a segunda menor tarifa do Brasil, temos um desempenho excelente. Não coaduna com os valores da Celesc num momento de queda de energia em razão de uma forte chuva ficarmos 12h ou 24h sem energia porque não temos time, não temos equipe, porque não temos funcionários suficientes para chegar nas unidades consumidoras. Não tenho dúvida que nesses próximos anos, com este Plenário, com deputados e deputadas que estão aqui, não haverá qualquer hipótese de discussão de abrir mão do nosso patrimônio, da nossa Celesc".

O deputado **Marquito (PSOL)** falou na sequência: "não fazemos uma defesa vazia. É a empresa que faz o tempo de resposta mais rápida em eventos de desligamentos da rede. É exemplo de protocolo para todo o Brasil. A categoria não reivindica salário, mas a defesa da Celesc Pública, estão aqui para defender algo que é para todo mundo. A questão mais central hoje é a necessidade de investimento, de contratação de pessoal, necessidade de diminuir a terceirização e aumentar o serviço direto, necessidade de garantir salário justo para esses trabalhadores. O que o Conselho decidiu através da presidência da Celesc é algo que vai sucateando a empresa, visando a privatização. Defenderemos até o fim a Celesc 100% pública, mas, para isso, tem que ter investimentos e plano estratégico".

O deputado **Neodi Saretta (PT)** também discursou: "de tempos em tempos sai alguma notícia que a Celesc pode ser privatizada. Nessa Casa, nesse tempo que estou como deputado isso teve aceitação de forma nenhuma. É um posicionamento firme nosso da manutenção da Celesc Pública, da Celesc que quando você fala, é reconhecida por todos. É claro que não podemos deixar sucatear. Ao invés disso, é preciso fortalecer".



O deputado **Antíoni Lunelli (MDB)** se manifestou também: "sempre se teve respeito pela Celesc. Que continuemos em defesa, principalmente, pelo bom atendimento aos nossos cidadãos catarinenses pelo excelente serviço que prestam também".



O deputado **Sérgio Guimarães (UB)** cumprimentou a categoria: "eu tenho recebido há muitas semanas força de reclamação dos clientes, mas não é culpa dos senhores, é culpa desse sistema que foi implementado, só que sobra para vocês. Vocês merecem ter condição de trabalho digna para poder atender o

povo. São vocês que fazem essa empresa girar e faturar milhões e milhões todos os anos. Quando vemos sinais que não tem investimento, que não vai contratar, alguma coisa está errada. Contem conosco, sempre estaremos ao lado do povo trabalhador".

O deputado **Mário Motta (PSD)** afirmou que "como presidente da Comissão dos Direitos do Contribuinte e do Consumidor, no próximo dia 12 de março, a confirmar, teremos a presença do presidente da Celesc nessa Comissão respondendo as indagações dos deputados a respeito desse aplicativo que infernizou a vida de Santa Catarina e que, quanto antes possa voltar ao normal, melhor. Conheço essa empresa desde que cheguei a Santa Catarina, há 50 anos: sem dúvida, a manutenção da empresa pública com essa categoria e com essa estatística bem trazida pelo deputado Caropreso, acredito eu, pessoalmente, enquanto estivermos aqui, ela continuará pública".



Por fim, o deputado Fabiano da Luz fez uso da palavra. Ele argumentou ter ficado feliz "pois vi aqui manifestação de vários colegas que ajudam a somar vozes e fazer coro em defesa da Celesc Pública". E que a Celesc "é reconhecida como uma das melhores empresas do Brasil, tem uma das menores tarifas e tem lucro. Como explicar isso? É simples: é só olhar nas galerias da Assembleia Legislativa e ver que as pessoas que aqui estão são as pessoas que fazem a Celesc ser esse sucesso, mesmo com número reduzido de funcionários. Deveríamos ter muito mais funcionários para ajudar no atendimento. Mesmo assim, esses não fogem à luta, esses não se desviam do compromisso e da responsabilidade e fazem a Celesc ser a referência no Brasil. É possível uma empresa pública cobrar tarifa baixa, oferecer serviço de eficiência e se tornar uma empresa lucrativa. Parabéns, o resultado da Celesc ele é muito de vocês". Lembrando Madre Teresa de Calcutá, Fabiano citou que "as mãos que agem valem mais que lábios que rezam. Rezar é bem importante, mas o agir é que faz toda diferença. E essa ação que vocês fazem com comprometimento com a empresa, mais a ação de mostrar para a sociedade que a Celesc é uma empresa pública e ainda encontrar tempo para lutar para que ela se mantenha pública, vocês realmente sabem agir". E concluiu "dia 9 de abril haverá uma audiência pública na Alesc para discutir a empresa pública, para recriarmos a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, que é justamente para que possamos manter essa referência em Santa Catarina. Precisamos manter a Celesc uma referência, estamos provando que servidor público responsável e qualificado dá resultado para a empresa e é vocês que fazem o sucesso da Celesc".

A Intercel parabeniza a categoria pelo ato e agradece as manifestações dos parlamentares em defesa da Celesc Pública. A categoria tem um novo encontro em 9 de abril na Alesc na audiência pública que debaterá a gestão da empresa. Participe!



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

**Conselheiro inicia prestação de contas na Celesc**

O Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Ce-



lesc, Paulo Horn, iniciou nessa semana a prestação de contas anual do mandato. Paulo passou pelas Regionais de Criciúma e Tubarão e Administração Central. Pela agenda do Conselheiro, as próximas paradas serão em Lages (6/3), Rio do Sul (7/3), São Miguel do Oeste (11/3), Chapecó (12/3) e Concórdia (13/3).

**AXS: coincidência na demissão de trabalhadores?**

Causou estranheza a demissão de 4 trabalhadores de um mesmo setor na AXS Energia. Coincidentemente, **os 4 trabalhadores demitidos eram do mesmo setor e os 4 se manifestaram pela rejeição da contraproposta da direção da AXS na primeira assembleia com os trabalhadores que debateu o ACT 2025.** O Sinergia está analisando o caso e pediu uma conversa com a direção da empresa para compreender os fatos - o pedido de reunião estava sem resposta até o fechamento dessa edição.

**E as negociações da PLR 2025 na Celesc?**

Mais uma semana passou e a Direção da Celesc não chamou a Intercel para começar a negociar a PLR 2025. Na última correspondência, a Intercel pediu que a primeira negociação ocorresse nessa sexta-feira, 28. A Intercel estará na Administração Central nessa sexta para cobrar, no mínimo, um calendário de reuniões de negociação.

**Sinergia visita postos de trabalho na Cerej**

O Sinergia visitou na quinta-feira, dia 20, trabalhadores da **Cerej no Aguti, em Nova Trento, e em Águas Mornas.** O sindicato ainda passou pela base do Pinheiral, em Major Gercino. O objetivo da visita era dialogar com os trabalhadores, ouvir suas demandas e fazer a entrega das garrafinhas térmicas aos filiados ao Sinergia. De acordo com Carlos Alberto de Souza, o Carlinhos, dirigente do Sinergia, "a visita foi muito positiva. Aproveitamos para avisar aos trabalhadores que logo iniciaremos as conversas para a construção da pauta do Acordo Coletivo 2025-2026".



**Sônia Livre: Debate pelo Dia Internacional da Mulher**

O Sinergia, junto com o Coletivo Juntas, convida a categoria a participar de um bate-papo com a auditora fiscal Luciana Carvalho. A conversa será realizada em 7 de março, a partir das 17h30, no Sinergia, na rua Lacerda Coutinho, 149, em Florianópolis. Luciana é auditora fiscal do trabalho, Coordenadora Estadual dos Projetos de Aprendizagem Profissional, Combate ao Trabalho Infantil e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mundo do Trabalho em SC. Ela atuou no caso de Sônia Maria de Jesus, resgatada de condição análoga à escravidão. A atividade também contará com a performance cultural Borboleta Azul, interpretado pela bailarina Belu Oliveira. A atividade faz parte do calendário de atuação do #8M e será transmitida pelo canal do YouTube do Sinergia.

# Presidente Tarcísio Rosa é investigado em denúncia no MPT

**Ausência de medidas de proteção à categoria motiva nova Recomendação do MPT à Celesc**

O Ministério Público do Trabalho emitiu na segunda-feira, dia 24, nova Recomendação à Celesc na denúncia de fato feita pela Intercel em julho passado. De acordo com a assessoria de imprensa do MPT, a Recomendação é para que a Celesc "adote providências para proteger a saúde de seus atendentes, impactados negativamente pelo novo sistema utilizado pela empresa". Além disso, afirma que o "responsável pelo Inquérito Civil, o Procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá, manifestou indignação, no dia 11 de fevereiro, durante a terceira audiência no MPT-SC com os diretores da Celesc, pelo descaso da CELESC em cumprir com as medidas da Recomendação editada no ano passado. O documento pedia providências como a criação de um grupo de trabalho com participação sindical, a contratação imediata de 40 novos atendentes, assistentes sociais e vigilantes, além da concessão de pausas durante o expediente: dois intervalos de 10 minutos para quem trabalha até 4 horas e três pausas para jornadas de até 6 horas, conforme a Norma Regulamentadora 17". Por fim, a nota cita que **o presidente da companhia, Tarcísio Estefano Rosa, passa a figurar agora como investigado** no caso: "o presidente da Celesc foi incluído, na qualidade de investigado. A empresa ficou de apresentar uma lista com as rescisões de contrato de trabalho, dos empregados públicos ocupantes do cargo de atendentes comerciais, de 1º/05/2024 a 11/02/2025 e o número de atendentes afastados por motivo de saúde. A empresa tem dez 10 dias para adotar as medidas de adequação do ambiente de trabalho".

Pela nova Recomendação expedida na segunda-feira, o Ministério Público do Trabalho pede o cumprimento imediato das seguintes medidas: "I – contratação, imediata, de, no mínimo 75 atendentes de lojas, devendo a distribuição e lotação ser discutida com os sindicatos representativos da categoria. II – contratação de auxiliares administrativos para prestar apoio aos atendentes de lojas, devendo a distribuição e lotação ser discutida com os sindicatos representativos

da categoria. III – criação, no prazo de 10 dias, de grupo de trabalho com a participação dos sindicatos representativos da categoria para realizar estudo sobre o devido dimensionamento de atendentes, com a conclusão dos trabalhos no prazo de 90 dias. IV – Contratação, no prazo de 30 dias, de vigilantes, de forma a assegurar, no mínimo, 1 vigilante, para cada loja de atendimento. V – Contratação, no prazo de 30 dias, de assistentes sociais, de forma a assegurar, no mínimo, 1 assistente social por Regional da CELESC Distribuição S.A. VI – A concessão, imediata, de 2 pausas de 10 minutos para os atendentes de lojas, para os que trabalham em jornada de até 4 horas de trabalho, nos termos da NR 17. VII - A concessão, imediata, de 3 pausas de 10 minutos para os atendentes de lojas, para os que trabalham em jornada de até 6 horas de trabalho, nos termos da NR 17".

Ao final da Recomendação, o Procurador afirma que o "descumprimento das medidas indicadas na presente recomendação resultará no ajuizamento de Ação Civil Pública visando a compelir a empresa às obrigações de fazer, cumulada com indenizações por danos morais individuais e coletivos, pelos danos à saúde resultantes das graves inadequações das condições de trabalho dos atendentes em razão das alterações realizadas nos sistemas da CELESC Distribuição S.A, em maio de 2024".

A Intercel vê a Recomendação como positiva. Até o momento, a empresa fez pouco caso da saúde e segurança da categoria, seja nas lojas de atendimento ou em todos os setores impactados direta ou indiretamente com a mudança de sistemas. **A Intercel alertou para os prejuízos aos trabalhadores antes mesmo da mudança de sistemas. Mas foi solenemente ignorada.** Por fim, a Intercel torce que a empresa adote as medidas recomendadas pelo MPT, afinal, o desejo dos sindicatos é que a categoria tenha resguardada sua saúde física e mental e sua segurança o quanto antes. O ajuizamento da Ação Civil Pública só adiará as soluções para os problemas que a categoria vem enfrentando.

# Intercel segue diálogos com o Parlamento



A Intercel segue dialogando com deputadas e deputados estaduais nos últimos dias, em defesa da Celesc Pública e cobrando apoios para as melhorias no atendimento na empresa.

Na semana passada, os dirigentes sindicais se reuniram na quarta-feira, dia 19, com o deputado Oscar Gutz (PL) e com as chefias de gabinetes dos deputados Marcius

Machado (PL) e Sérgio Motta (Republicanos). Já nessa semana, na terça-feira, dia 25, a conversa foi com o deputado recém empossado Alex Brasil (PL).



Novamente foram boas conversas, com objetivo de mostrar ao Parlamento as boas intenções da categoria e o desejo de continuar prestando um bom serviço à população catarinense. Dos 40 deputados

catarinenses, a Intercel já dialogou com 22 deles. As visitas aos gabinetes seguem nas próximas semanas. Passado o ato de ontem na Alesc, os diálogos focam agora na construção de uma audiência pública, prevista para ocorrer em 9 de abril. A categoria está convidada para também participar desse próximo ato, que terá como objetivo debater a gestão da Celesc.



# Apartheid em escola de Santa Catarina?!

## Vereador do MDB denuncia caso de segregação racial em São João Batista

Na segunda-feira da semana passada, 17 de fevereiro, o vereador Teodoro Adão (MDB) denunciou um caso de segregação racial no Núcleo Infantil Cebolinha, uma escola de São João Batista, município do Vale do Rio Tijucas, em Santa Catarina.

Durante sessão da Câmara de Vereadores da cidade, Teodoro relatou que cinco pais pediram para verificar a escola, e mesmo sem mencionarem o que havia acontecido, o vereador foi ao local e se deparou com o seguinte cenário: “doze crianças



Vereador Teodoro Adão (MDB)

numa sala e doze crianças em outra sala. Em uma sala, todas as crianças branquinhas de olhos verdes ou claros, e na outra sala todos os ‘negrinhos’. Só tinha uma criança branca [junto com as crianças negras]”, afirmou o vereador.

Incrédulo com a situação, o político conversou com duas professoras da escola, uma disse que “já estava separado” quando começou a lecionar no local e que “não pôde fazer nada”. A outra alegou que viu a situação e “até quis comentar”, mas ficou quieta para “não dar desgaste”.

Após a denúncia, os pais teriam sido impedidos de acompanhar os filhos até a sala. Segundo Adão, famílias relataram que não podiam mais entrar com as crianças na escola e precisavam deixá-las no portão com um segurança. “Isso é o que mais me dói. Tem pai me ligando dizendo que agora o filho chora e não pode mais ter a companhia do responsável nos primeiros minutos”, criticou.

A prefeitura de São João Batista publicou uma nota na sexta-feira, dia 21, em que nega a divisão racial das crianças: “Após as graves acusações feitas na Câmara Municipal, a Secretaria Municipal de Educação imediatamente realizou uma apuração interna dos fatos e não constatou nenhuma evidência de que haja ou tenha ocorrido a separação de turmas por cor da pele no Núcleo Infantil Cebolinha. A unidade possui apenas duas salas de aula, sendo que no turno da manhã são atendidas duas turmas de Pré-Escola II e, no turno da tarde, duas turmas de Pré-Escola I. Das turmas em questão, cabe salientar que, no total, elas possuem 31 alunos, sendo que, em uma turma, há 16 alunos (sendo 15 autodeclarados brancos e 1 negro) e, na outra, 15 alunos (sendo 10

autodeclarados brancos, 2 negros, 2 ‘morenos’ e 1 em que não houve autodeclaração). Diante destes números, fica o questionamento, alusivo à denúncia, de como seria possível haver qualquer segregação racial na distribuição das turmas. Cumpre destacar, no entanto, que em momento algum este campo foi levado em consideração para distribuição das turmas – o que demonstra a miscigenação e inobservância da segregação objeto da acusação”.

A partir dos números apresentados na nota da prefeitura, tira-se também a reflexão de que tal escola é composta por maioria de alunos que se autodeclaram brancos, mesmo em uma sociedade brasileira na qual a maioria é negra. Os poucos negros que ali se encontram são a cota que os brancos suportam entre eles. Isto revela um outro nível de apartheid, em escala estrutural. Portanto, se o número baixo de negros na escola não permitir avaliar um suposto apartheid na distribuição dos alunos, ainda é possível notar uma subrepresentação dessa população nos espaços.

A Intercel lembra que não basta apenas não ser racista – é preciso ser antirracista. O Ministério Público foi acionado para investigar o caso. É importante que o caso seja investigado a fundo e que qualquer possibilidade de segregação racial seja devidamente punida em nossa sociedade.

\* O termo **Apartheid** (em africâner, “segregação”) foi um regime de separação racial ocorrido na África do Sul de 1948 a 1994. O regime privilegiava a elite branca do país e excluía os negros e outras minorias dos espaços públicos, da educação de qualidade e dos principais postos de trabalho.



Bebedouro durante o apartheid na África do Sul (1948-1994). O da esquerda, mais tecnológico, era somente para pessoas brancas (white), e o da direita, para pessoas negras (colored)

Por Adriana Schmidt, com informações do UOL e Toda Matéria. Fotos: divulgação

### 10 maneiras de se combater o racismo:

1. Eduque as crianças para terem respeito à diferença. Isso se dá nos tipos de brinquedos, nas línguas faladas, nos vários costumes entre amigos e pessoas de diferentes culturas, raças e etnias. As diferenças enriquecem o nosso conhecimento;
2. Textos, histórias, olhares, piadas e expressões podem ser estigmatizantes para crianças, culturas e tradições. Indique e esteja alerta se isso acontecer;
3. Não classifique o outro pela cor da pele, o essencial você ainda não viu. **Lembre-se: racismo é crime;**
4. Se o seu filho ou a sua filha foi discriminado, abrace-o(a), apoie-o(a). Mostre-lhe que a diferença entre as pessoas é legal e que cada um pode usufruir de seus direitos igualmente. Toda criança tem o direito de crescer, sem ser discriminada;
5. Não deixe de denunciar. Em todos os casos de discriminação, você deve buscar defesa no Conselho Tutelar, nas ouvidorias dos serviços públicos, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e nas delegacias de proteção à infância e adolescência. A discriminação é uma violência de direitos;
6. Proporcione e estimule a convivência de crianças de diferentes raças e etnias nas brincadeiras, nas salas de aula, em casa ou em qualquer lugar;
7. Valorize e incentive o comportamento respeitoso e sem preconceito em relação à diversidade étnico-racial;
8. Muitas empresas estão revendo sua política de seleção de pessoal com base na multiculturalidade e na igualdade racial. Procure saber se o local onde trabalha participa também dessa agenda. Se não, fale com seus colegas e supervisores;
9. Órgãos públicos de saúde e de assistência social estão trabalhando com rotinas de atendimento sem discriminação para famílias indígenas e negras. Você pode cobrar essa postura dos serviços de saúde e sociais da sua cidade. Valorize as iniciativas nesse sentido;
10. As escolas são grandes espaços de aprendizagem. Muitas crianças e adolescentes estão aprendendo sobre a história e a cultura dos povos indígenas, da população negra e sobre o racismo. Ajude a escolha do seu filho a também adotar essa postura.

Autoras: Edna Pedrosa de Moraes (conselheira vitalícia) e Helena Niskier (conselheira). Publicado originalmente em: <https://www.afpesp.org.br/folha-do-servidor/opiniao/10-maneiras-de-se-combater-o-racismo>

## Confira mais imagens do ato na Alesc nessa quinta-feira, 27 de fevereiro:



LinhaVIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL

Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC) | Conselho Editorial: Jeferson dos Reis

Rua Lacerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030 | E-mail: [sinergiajornal@gmail.com](mailto:sinergiajornal@gmail.com)

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.